

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	24/05/22
Número do PROAD aberto	8552/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
- Integrante Demandante:	Flávio Roberto O. Cabral			
- Integrante Técnico:	Douglas Jefferson Gusso			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:	
Contratação não é urgente			

Data para início dos serviços:	O início se dá por demanda e ofício do TRT
---------------------------------------	--

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca
8798 - letreiro não luminoso	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto:
Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.
<p>1. Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal, conforme descrições contidas no Anexo I.</p> <p>1.1. A profundidade das letras deverá ser de 2,5 cm e as alturas das mesmas estão detalhadas no Anexo I;</p> <p>1.2. A profundidade dos brasões deverá ser de 2,5 cm e, conforme Lei 8.421/92, deverá ser obedecida a proporção de quinze de altura por quatorze de largura, ou seja, a largura deverá ser 93,33% da altura. As alturas dos brasões estão detalhadas no Anexo I. As cinco estrelas deverão estar devidamente dispostas de acordo com a Lei 8.421/92, na forma da constelação Cruzeiro do Sul;</p> <p>1.3. A fonte a ser utilizada para confecção das letras será definida pela Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>1.4. A quantidade indicada no Anexo I é meramente estimativa de consumo e será ativada de acordo com as necessidades deste E. Tribunal, e</p> <p>1.5. Poderá ser solicitada a instalação de letras/brasões para as diversas unidades sob responsabilidade deste E. Tribunal, conforme segue.</p> <p>Circunscrição 01: Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré;</p> <p>Circunscrição 02: Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê;</p> <p>Circunscrição 03: Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba;</p> <p>Circunscrição 04: Américo Brasiliense, Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Orlândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga;</p> <p>Circunscrição 05: Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis, Pereira Barreto;</p> <p>Circunscrição 06: Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio, Tupã;</p> <p>Circunscrição 07: Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga;</p> <p>Circunscrição 08: Avaré, Bauri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jau, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo.</p>

2. Critério de Aceitação do Objeto – Apresentação de Amostras

2.1. Deverão ser fornecidas amostras dos materiais a serem fornecidos, sendo 01 (uma) unidade dos materiais constantes dos itens 1.8, 1.21 e 1.25 como amostra inicial, que será submetida à verificação pela Coordenadoria de Projetos e Obras, observando-se os seguintes critérios:

2.1.1. As amostras das letras (itens 1.8 e 1.21) serão avaliadas observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; serão verificadas, ainda, a espessura das chapas e espessura e altura das letras;

2.1.2. A amostra do brasão (item 1.25) será avaliada observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; será verificada, também, a espessura da chapa, bem como a proporcionalidade entre a altura e a largura.

3. Da Execução do Contrato

3.1. A empresa vencedora da licitação deverá, após assinatura da Ata de Registro de Preços, antes da primeira solicitação de execução de serviços, realizar vistoria no Edifício Sede Judicial (Rua Barão de Jaguará nº 901 – Centro - Campinas/SP), Edifício Sede Administrativa (Rua Doutor Quirino nº 1080 – Centro - Campinas/SP) e no Fórum Trabalhista de Campinas (Avenida José de Souza Campos nº 422 - Campinas/SP), para conhecer o padrão de letreiro utilizado por este E. Tribunal;

3.2. A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras;

3.3. Prazo de entrega dos materiais: máximo de 20 (vinte) dias,

3.4. Prazo de garantia dos materiais: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Em quaisquer das Unidades da Circunscrição existentes ou que vierem a surgir, em datas e horários a serem confirmadas juntos com o Gestor da Ata e/ou Responsável pela Unidade.

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Em todas as Unidades do TRT	8:00 às 18:00	2ª a 6ª feira	Diretor de cada Unidade a ser informado ao vencedor do certame
Outros:	Eventualmente poderão ser executados serviços aos sábados, domingos e feriados, desde que previamente agendados os dias e horários com o Diretor responsável pela Unidade.		

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Não há outras soluções

Justificativa Dar atendimento das demandas e solicitações de letreiros e brasões advindas de todos os imóveis da 15ª Região

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição	Ata de Registro de Preços	Compra direta	
Vantagens	Fácil Gerenciamento e rápido atendimento	não vemos neste caso	
Desvantagens	validade por apenas 1 ano	limitação de valor gasto no exercício	
Atende (Sim/Não)	Sim	sim	

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Dar atendimento das demandas e solicitações de letreiros e brasões advindas de todos os imóveis da 15ª Região
Valor estimado	R\$ 645.784,40
Outros	não se aplica

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Adequar constantemente as instalações físicas

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

Não se aplica

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	
Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3		
Nos termo do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.		
3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:		

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado	Não se aplica

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica

É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica

3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	Não se aplica

3.4.2. Devolução de recursos materiais	Não se aplica

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	A padronização é necessária para garantir o padrão e o nível de qualidade em todas as unidades do TRT
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico	
4.4.1 Forma de julgamento:	
Menor preço	
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)	
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

R\$ 645.784,40

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Sim

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	Fácil e rápido atendimento
6.1 Fundamentação para a opção por SRP: Fácil e rápido atendimento	
6.2 Histórico de consumo: Última ata (referente ao período de novembro de 2019 a novembro de 2020): 250 letras e 4 brasões	
6.3 Estimativa de consumo: 102 Letras e 03 Brasões	
6.4 Quantidade para Consumo Imediato: não se aplica	
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição: Não se aplica	
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido: Não é possível prever em virtude de que cada unidade tem um letreiro diferenciado com quantidade de letras diferente.	
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? Gerenciador	
6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique Sim	

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
Há especificação de ROHs?		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	PROAD 8552/2022
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Os arquivos	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	

<input type="checkbox"/>		<p>1. Para comprovar sua qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar o seguinte documento:</p> <p>a) Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, satisfatoriamente, a prestação de serviço de confecção referente ao item 1.5 (Letreiro em aço para fachada: letra tipo caixa alta, em aço inox 304, polido, espessura de 1 mm, a ser fixada com pinos não aparentes, medida: 30 cm de altura) ou de confecção referente ao item 1.18 (Brasão da República Federativa do Brasil: Tipo caixa alta, em aço inox 304, escovado, espessura de 1 mm, gravação em baixo-relevo na cor preta, medida: 50 cm de altura) e de instalação, referente ao item 1.45 (Instalação de brasões. Deve ser considerada a altura média de 3 a 7 metros para instalação), devendo constar, no atestado, a duração e período do contrato.</p> <p>b) O(s) Atestado(s) deve(m) indicar um quantitativo mínimo de 100 letras fornecidas ou de, pelo menos, um brasão fornecido e instalado nas condições requisitadas pelo Tribunal.</p> <p>2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.</p> <p>3. Caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) requisitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram entregues os materiais.</p> <p>4. Os documentos exigidos neste item "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" poderão se referir a qualquer unidade da empresa, matriz ou filial.</p> <p>5. Em atendimento à previsão da IN 05/2017, anexo VII-A, os documentos previstos neste item poderão ser submetidos ao setor requisitante ou à área técnica deste Regional, para a devida manifestação.</p>
	Operacional:	
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	
	Não se aplica

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Prazo de garantia dos materiais e instalação: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
Não se aplica	

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
<p>As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante. 	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
<p>1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;</p> <p>2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;</p> <p>3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico</p>	
13.2. Obrigações da Contratada	
<p>1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;</p> <p>10. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra o Covid) para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região;</p> <p>11. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p>	

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica

Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
--	---------------

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber
Não se aplica

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços
A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição com croqui contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras.

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo</th> <th>Forma</th> <th>Periodicidade</th> <th>Emissor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Encaminhamento de Ordem de Serviço</td> <td>Conforme especificações da descrição</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>E-mail</td> <td>Quando necessário</td> <td>Coord. de Projetos e Obras</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Abertura de chamado</td> <td>Conforme especificações da descrição</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Reunião Presencial</td> <td>Quando necessário</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Reunião Videoconferência</td> <td>Quando necessário</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Telefone</td> <td>Quando necessário</td> <td>Coord. de Projetos e Obras</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Outra</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor	<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição		<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras	<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição		<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário		<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário		<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras	<input type="checkbox"/>	Outra		
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor																													
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição																														
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras																													
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição																														
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário																														
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário																														
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras																													
<input type="checkbox"/>	Outra																															

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo
1. Será atestado o recebimento e o Gestor da Ata de Registro de Preços da respectiva Coordenadoria Requisitante do serviço em questão, emitirá um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. 2. Caso não haja qualquer impropriedade, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.

14.7 Forma de pagamento
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.
*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador 1</th> <th>Entrega dos serviços dentro do prazo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Finalidade</td> <td>Evitar atrasos</td> </tr> <tr> <td>Meta a cumprir</td> <td>Entregar dentro do prazo estipulado</td> </tr> <tr> <td>Instrumento de Medição</td> <td>Prazo estipulado na solicitação do serviço</td> </tr> <tr> <td>Forma de Acompanhamento</td> <td>Pelo gestor</td> </tr> <tr> <td>Periodicidade</td> <td>A cada final de serviço solicitado</td> </tr> <tr> <td>Mecanismo de cálculo</td> <td>não se aplica</td> </tr> <tr> <td>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</td> <td>não se aplica</td> </tr> <tr> <td>Sanções</td> <td> 1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total: a) até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimo por cento). 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento. </td> </tr> </tbody> </table>	Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo	Finalidade	Evitar atrasos	Meta a cumprir	Entregar dentro do prazo estipulado	Instrumento de Medição	Prazo estipulado na solicitação do serviço	Forma de Acompanhamento	Pelo gestor	Periodicidade	A cada final de serviço solicitado	Mecanismo de cálculo	não se aplica	Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica	Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total: a) até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimo por cento). 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento.
Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo																	
Finalidade	Evitar atrasos																	
Meta a cumprir	Entregar dentro do prazo estipulado																	
Instrumento de Medição	Prazo estipulado na solicitação do serviço																	
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor																	
Periodicidade	A cada final de serviço solicitado																	
Mecanismo de cálculo	não se aplica																	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica																	
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total: a) até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimo por cento). 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento.																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador 2</th> <th>Qualidade na execução dos serviços e dos materiais</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Finalidade</td> <td>Garantir a qualidade final do serviço</td> </tr> <tr> <td>Meta a cumprir</td> <td>Execução de acordo com o croqui, utilizando materiais de primeira linha</td> </tr> <tr> <td>Instrumento de Medição</td> <td>Croqui</td> </tr> <tr> <td>Forma de Acompanhamento</td> <td>Pelo gestor</td> </tr> <tr> <td>Periodicidade</td> <td>Durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais</td> </tr> <tr> <td>Mecanismo de cálculo</td> <td>não se aplica</td> </tr> <tr> <td>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</td> <td>não se aplica</td> </tr> <tr> <td>Sanções</td> <td>Materiais diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal</td> </tr> </tbody> </table>	Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos materiais	Finalidade	Garantir a qualidade final do serviço	Meta a cumprir	Execução de acordo com o croqui, utilizando materiais de primeira linha	Instrumento de Medição	Croqui	Forma de Acompanhamento	Pelo gestor	Periodicidade	Durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais	Mecanismo de cálculo	não se aplica	Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica	Sanções	Materiais diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos materiais																	
Finalidade	Garantir a qualidade final do serviço																	
Meta a cumprir	Execução de acordo com o croqui, utilizando materiais de primeira linha																	
Instrumento de Medição	Croqui																	
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor																	
Periodicidade	Durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais																	
Mecanismo de cálculo	não se aplica																	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica																	
Sanções	Materiais diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador 3</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Finalidade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Meta a cumprir</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instrumento de Medição</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Forma de Acompanhamento</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Periodicidade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mecanismo de cálculo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sanções</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Indicador 3		Finalidade		Meta a cumprir		Instrumento de Medição		Forma de Acompanhamento		Periodicidade		Mecanismo de cálculo		Faixas de Ajuste no pagamento mensal		Sanções	
Indicador 3																		
Finalidade																		
Meta a cumprir																		
Instrumento de Medição																		
Forma de Acompanhamento																		
Periodicidade																		
Mecanismo de cálculo																		
Faixas de Ajuste no pagamento mensal																		
Sanções																		

14.9 Sanções

1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados, implicará as seguintes multas à CONTRATADA, calculadas sobre o valor total deste contrato:
- até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento);
- a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimos por cento)
O atraso na entrega final por período superior a 60 (sessenta) dias poderá caracterizar a inexecução parcial do objeto.
2. Na hipótese de inexecução parcial do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total dos serviços/itens não executados.
3. Na hipótese de inexecução total do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato.
4. No caso de inexecução das demais obrigações da CONTRATADA, não abrangidas no caput desta cláusula, implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por evento, calculada sobre o valor total deste contrato, por evento, ou advertência no caso de ainda não ter sido firmado o contrato.
5. Quando constatados vícios na execução de serviços já pagos, a contratada deverá providenciar o respectivo reparo no prazo conferido pela fiscalização, sob pena de ressarcimento do valor correspondente aos reparos efetuados pelo contratante, acrescido da multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre tal valor.
6. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato;
7. Os descumprimentos de prazos de que trata esta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a respectiva obrigação deveria ter sido cumprida.
8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT;
9. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante e valor global, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência. Todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à execução do objeto especificado neste Termo de Referência deverão estar contemplados no preço ofertado. Da mesma forma, deverão estar incluídas também todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título; Na proposta deverá constar a razão social, o CNPJ, o número do edital, endereço completo da empresa, o número do telefone, e-mail, bem como o número de conta corrente, o nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.					

15. DISPOSIÇÕES GERAIS					

16. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)					
16.1 Riscos do Processo de Contratação:					

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

16.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1	Contratação de empresa com pouca capacidade		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inexecução		
Ação Preventiva		Responsável	
Aplicação das Sanções		Demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Exigir refazimentos e adequações até que tudo esteja correto		Gestor	

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO					
---	--	--	--	--	--

Contratação é viável?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	24/05/22		
Integrante Demandante:	Flávio Roberto O. Cabral		
Integrante Técnico:	Douglas Jefferson Gusso		
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente Christiano Carneiro Ferreira

ANEXO	
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1	
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)	
1.1 Descrição resumida do Objeto:	
Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal.	

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.
<p>1. Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal, conforme descrições contidas no Anexo I.</p> <p>1.1. A profundidade das letras deverá ser de 2,5 cm e as alturas das mesmas estão detalhadas no Anexo I;</p> <p>1.2 A profundidade dos brasões deverá ser de 2,5 cm e, conforme Lei 8.421/92, deverá ser obedecida a proporção de quinze de altura por quatorze de largura, ou seja, a largura deverá ser 93,33% da altura. As alturas dos brasões estão detalhadas no Anexo I. As cinco estrelas deverão estar devidamente dispostas de acordo com a Lei 8.421/92, na forma da constelação Cruzeiro do Sul;</p> <p>1.3 A fonte a ser utilizada para confecção das letras será definida pela Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>1.4 A quantidade indicada no Anexo I é meramente estimativa de consumo e será ativada de acordo com as necessidades deste E. Tribunal, e</p> <p>1.5. Poderá ser solicitada a instalação de letras/brasões para as diversas unidades sob responsabilidade deste E. Tribunal, conforme segue.</p> <p>Circunscrição 01: Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré;</p> <p>Circunscrição 02: Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê;</p> <p>Circunscrição 03: Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caragatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba;</p> <p>Circunscrição 04: Américo Brasiliense, Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Orllândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga;</p> <p>Circunscrição 05: Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis, Pereira Barreto;</p> <p>Circunscrição 06: Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio, Tupã;</p> <p>Circunscrição 07: Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga;</p> <p>Circunscrição 08: Avaré, Bariri, Bauru, Botucatu, Gargá, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo.</p> <p>2. Critério de Aceitação do Objeto – Apresentação de Amostras</p> <p>2.1. Deverão ser fornecidas amostras dos materiais a serem fornecidos, sendo 01 (uma) unidade dos materiais constantes dos itens 1.8, 1.21 e 1.25 como amostra inicial, que será submetida à verificação pela Coordenadoria de Projetos e Obras, observando-se os seguintes critérios:</p> <p>2.1.1. As amostras das letras (itens 1.8 e 1.21) serão avaliadas observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; serão verificadas, ainda, a espessura das chapas e espessura e altura das letras;</p> <p>2.1.2. A amostra do brasão (item 1.25) será avaliada observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; será verificada, também, a espessura da chapa, bem como a proporcionalidade entre a altura e a largura.</p> <p>3. Da Execução do Contrato</p> <p>3.1. A empresa vencedora da licitação deverá, após assinatura da Ata de Registro de Preços, antes da primeira solicitação de execução de serviços, realizar vistoria no Edifício Sede Judicial (Rua Barão de Jaguara nº 901 – Centro - Campinas/SP), Edifício Sede Administrativa (Rua Doutor Quirino nº 1080 – Centro - Campinas/SP) e no Fórum Trabalhista de Campinas (Avenida José de Souza Campos nº 422 - Campinas/SP), para conhecer o padrão de letreiro utilizado por este E. Tribunal;</p> <p>3.2. A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>3.3. Prazo de entrega dos materiais: máximo de 20 (vinte) dias,</p> <p>3.4. Prazo de garantia dos materiais: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.</p>

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.
A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto
Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços			
Em quaisquer das Unidades da Circunscrição existentes ou que vierem a surgir, em datas e horários a serem confirmadas juntos com o Gestor da Ata e/ou Responsável pela Unidade.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Em todas as Unidades do TRT	8:00 às 18:00	2ª a 6ª feira	Diretor de cada Unidade a ser informado ao vencedor do certame
Outros:	Eventualmente poderão ser executados serviços aos sábados, domingos e feriados, desde que previamente agendados os dias e horários com o Diretor responsável pela Unidade.		

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
2.1 Motivação	
Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Dar atendimento das demandas e solicitações de letreiros e brasões advindas de todos os imóveis da 15ª Região
Valor estimado	R\$ 645.784,40
Outros	não se aplica

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados	
Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico	.(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)
Adequar constantemente as instalações físicas	

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
8552/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Não se aplica

2.6 Natureza do objeto
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental
Não

3. GESTÃO DO CONTRATO	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)
8798 - letreiro não luminoso

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto:
Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto
<p>1. Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal, conforme descrições contidas no Anexo I.</p> <p>1.1. A profundidade das letras deverá ser de 2,5 cm e as alturas das mesmas estão detalhadas no Anexo I;</p> <p>1.2 A profundidade dos brasões deverá ser de 2,5 cm e, conforme Lei 8.421/92, deverá ser obedecida a proporção de quinze de altura por quatorze de largura, ou seja, a largura deverá ser 93,33% da altura. As alturas dos brasões estão detalhadas no Anexo I. As cinco estrelas deverão estar devidamente dispostas de acordo com a Lei 8.421/92, na forma da constelação Cruzeiro do Sul;</p> <p>1.3 A fonte a ser utilizada para confecção das letras será definida pela Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>1.4. A quantidade indicada no Anexo I é meramente estimativa de consumo e será ativada de acordo com as necessidades deste E. Tribunal, e</p> <p>1.5. Poderá ser solicitada a instalação de letras/brasões para as diversas unidades sob responsabilidade deste E. Tribunal, conforme segue.</p> <p>Circunscrição 01: Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiá, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré;</p> <p>Circunscrição 02: Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê;</p> <p>Circunscrição 03: Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba;</p> <p>Circunscrição 04: Américo Brasiliense, Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Igarapava, Ituverava, Jaboicabal, Matão, Mococa, Orliândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga;</p> <p>Circunscrição 05: Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis, Pereira Barreto;</p> <p>Circunscrição 06: Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio, Tupã;</p> <p>Circunscrição 07: Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga;</p> <p>Circunscrição 08: Avaré, Bauri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneras, Santa Cruz do Rio Pardo.</p>

<p>2. Critério de Aceitação do Objeto – Apresentação de Amostras</p> <p>2.1. Deverão ser fornecidas amostras dos materiais a serem fornecidos, sendo 01 (uma) unidade dos materiais constantes dos itens 1.8, 1.21 e 1.25 como amostra inicial, que será submetida à verificação pela Coordenadoria de Projetos e Obras, observando-se os seguintes critérios:</p> <p>2.1.1. As amostras das letras (itens 1.8 e 1.21) serão avaliadas observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; serão verificadas, ainda, a espessura das chapas e espessura e altura das letras;</p> <p>2.1.2. A amostra do brasão (item 1.25) será avaliada observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; será verificada, também, a espessura da chapa, bem como a proporcionalidade entre a altura e a largura.</p> <p>3. Da Execução do Contrato</p> <p>3.1. A empresa vencedora da licitação deverá, após assinatura da Ata de Registro de Preços, antes da primeira solicitação de execução de serviços, realizar vistoria no Edifício Sede Judicial (Rua Barão de Jaguará nº 901 – Centro - Campinas/SP), Edifício Sede Administrativa (Rua Doutor Quirino nº 1080 – Centro - Campinas/SP) e no Fórum Trabalhista de Campinas (Avenida José de Souza Campos nº 422 - Campinas/SP), para conhecer o padrão de letreiro utilizado por este E. Tribunal;</p> <p>3.2. A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>3.3. Prazo de entrega dos materiais: máximo de 20 (vinte) dias,</p> <p>3.4. Prazo de garantia dos materiais: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.</p>
--

<p>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.</p> <p>A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto</p> <p>Outro</p>
--

<p align="center">2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO</p> <p>2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas</p> <p>Pregão eletrônico</p>
--

<p>2.2 Forma de julgamento:</p> <p>Menor preço</p>

<p>2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)</p> <p>Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço</p>

<p>2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).</p> <p>Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.</p>
--

<p>2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</p> <p>Sim</p>		
<table border="1"> <tr> <td>Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.</td> <td>Fácil e rápido atendimento</td> </tr> </table>	Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	Fácil e rápido atendimento
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	Fácil e rápido atendimento	
<p>2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:</p> <p>Fácil e rápido atendimento</p>		
<p>2.4.2 Histórico de consumo:</p> <p>Última ata (referente ao período de novembro de 2019 a novembro de 2020): 250 letras e 4 brasões</p>		
<p>2.4.3 Estimativa de consumo:</p> <p>102 Letras e 03 Brasões</p>		
<p>2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:</p> <p>não se aplica</p>		
<p>2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</p> <p>Não se aplica</p>		
<p>2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</p> <p>Não é possível prever em virtude de que cada unidade tem um letreiro diferenciado com quantidade de letras diferente.</p>		
<p>2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</p> <p>Gerenciador</p>		
<p>2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</p> <p>Sim</p>		

<p align="center">3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO</p> <p>3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?</p>
--

Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Há especificação de ROHs?		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

3.2 ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado PROAD 8552/2022
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:
Os arquivos

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input type="checkbox"/>	1. Para comprovar sua qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar o seguinte documento: a) Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, satisfatoriamente, a prestação de serviço de confecção referente ao item 1.5 (Letreiro em aço para fachada: letra tipo caixa alta, em aço inox 304, polido, espessura de 1 mm, a ser fixada com pinos não aparentes, medida: 30 cm de altura) ou de confecção referente ao item 1.18 (Brasão da República Federativa do Brasil: Tipo caixa alta, em aço inox 304, escovado, espessura de 1 mm, gravação em baixo-relevo na cor preta, medida: 50 cm de altura) e de instalação, referente ao item 1.45 (Instalação de brasões. Deve ser considerada a altura média de 3 a 7 metros para instalação), devendo constar, no atestado, a duração e período do contrato. b) O(s) Atestado(s) deve(m) indicar um quantitativo mínimo de 100 letras fornecidas ou de, pelo menos, um brasão fornecido e instalado nas condições requisitadas pelo Tribunal. 2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. 3. Caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) requisitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram entregues os materiais. 4. Os documentos exigidos neste item "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" poderão se referir a qualquer unidade da empresa, matriz ou filial. 5. Em atendimento à previsão da IN 05/2017, anexo VII-A, os documentos previstos neste item poderão ser submetidos ao setor requisitante ou à área técnica deste Regional, para a devida manifestação.
Operacional:	
<input type="checkbox"/> Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/> Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/> Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	
	Não se aplica

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
O início se dá por demanda e ofício do TRT	

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em quaisquer das Unidades da Circunscrição existentes ou que vierem a surgir, em datas e horários a serem confirmadas juntos com o Gestor da Ata e/ou Responsável pela Unidade.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Em todas as Unidades do TRT	8:00 às 18:00	2ª a 6ª feira	Diretor de cada Unidade a ser informado ao vencedor do certame
Outros:	Eventualmente poderão ser executados serviços aos sábados, domingos e feriados, desde que previamente agendados os dias e horários com o Diretor responsável pela Unidade.		

7. GARANTIA	
7.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:	
Prazo de garantia dos materiais e instalação: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
Não se aplica	

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
Especificações:	
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra; 2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada; 3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico	

8.2. Obrigações da Contratada	
1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação; 2. A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto, inclusive pelas empresas subcontratadas; 3. O TRT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc. 4. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT e quando achar conveniente sem solicitação, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc. 5. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho; 6. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços; 7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros. 8. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços; 9. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência; 10. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra o Covid) para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região; 11. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.	

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber
Não se aplica

9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços
A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição com croqui contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras.

9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica

9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo
1. Será atestado o recebimento e o Gestor da Ata de Registro de Preços da respectiva Coordenadoria Requisitante do serviço em questão, emitirá um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. 2. Caso não haja qualquer impropriedade, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.

9.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.
*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo
Finalidade	Evitar atrasos
Meta a cumprir	Entregar dentro do prazo estipulado
Instrumento de Medição	Prazo estipulado na solicitação do serviço
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor
Periodicidade	A cada final de serviço solicitado
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total: a) até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimo por cento). 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento.
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos materiais
Finalidade	Garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	Execução de acordo com o croqui, utilizando materiais de primeira linha
Instrumento de Medição	Croqui
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor
Periodicidade	Durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	Materiais diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

9.9 Sanções

1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados, implicará as seguintes multas à CONTRATADA, calculadas sobre o valor total deste contrato:
- até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento);
- a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimos por cento)
O atraso na entrega final por período superior a 60 (sessenta) dias poderá caracterizar a inexecução parcial do objeto.
2. Na hipótese de inexecução parcial do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total dos serviços/itens não executados.
3. Na hipótese de inexecução total do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato.
4. No caso de inexecução das demais obrigações da CONTRATADA, não abrangidas no caput desta cláusula, implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por evento, calculada sobre o valor total deste contrato, por evento, ou advertência no caso de ainda não ter sido firmado o contrato.
5. Quando constatados vícios na execução de serviços já pagos, a contratada deverá providenciar o respectivo reparo no prazo conferido pela fiscalização, sob pena de ressarcimento do valor correspondente aos reparos efetuados pelo contratante, acrescido da multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre tal valor.
6. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato;
7. Os descumprimentos de prazos de que trata esta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a respectiva obrigação deveria ter sido cumprida.
8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT;
9. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante e valor global, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência. Todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à execução do objeto especificado neste Termo de Referência deverão estar contemplados no preço ofertado. Da mesma forma, deverão estar incluídas também todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título; Na proposta deverá constar a razão social, o CNPJ, o número do edital, endereço completo da empresa, o número do telefone, e-mail, bem como o número de conta corrente, o nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

--

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

Data:	24/05/22
Número do PROAD aberto	8552/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:	
Contratação não é urgente			

Catálogo (CATMAT/CATSER)
8798 - letreiro não luminoso

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Sim
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
Fácil e rápido atendimento
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Fácil e rápido atendimento
1.2 Histórico de consumo:
Última ata (referente ao período de novembro de 2019 a novembro de 2020): 250 letras e 4 brasões
1.3 Estimativa de consumo:
102 Letras e 03 Brasões
1.4 Quantidade para Consumo Imediato:
não se aplica
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não é possível prever em virtude de que cada unidade tem um letreiro diferenciado com quantidade de letras diferente.
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Gerenciador
1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Sim

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?
Não
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):
Não se aplica

3. OBJETO
3.1 Descrição Detalhada do Objeto
1. Registro de Preços para eventual aquisição de letras e brasões, incluindo o serviço de instalação, destinados às diversas Unidades deste E. Tribunal, conforme descrições contidas no Anexo I. 1.1. A profundidade das letras deverá ser de 2,5 cm e as alturas das mesmas estão detalhadas no Anexo I; 1.2 A profundidade dos brasões deverá ser de 2,5 cm e, conforme Lei 8.421/92, deverá ser obedecida a proporção de quinze de altura por quatorze de largura, ou seja, a largura deverá ser 93,33% da altura. As alturas dos brasões estão detalhadas no Anexo I. As cinco estrelas deverão estar devidamente dispostas de acordo com a Lei 8.421/92, na forma da constelação Cruzeiro do Sul; 1.3 A fonte a ser utilizada para confecção das letras será definida pela Coordenadoria de Projetos e Obras; 1.4. A quantidade indicada no Anexo I é meramente estimativa de consumo e será ativada de acordo com as necessidades deste E. Tribunal, e 1.5. Poderá ser solicitada a instalação de letras/brasões para as diversas unidades sob responsabilidade deste E. Tribunal, conforme segue. Circunscrição 01: Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré; Circunscrição 02: Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê; Circunscrição 03: Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba; Circunscrição 04: Américo Brasiliense, Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Orlândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga; Circunscrição 05: Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis, Pereira Barreto; Circunscrição 06: Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio, Tupã; Circunscrição 07: Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga; Circunscrição 08: Avaré, Bariri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo.

2. Critério de Aceitação do Objeto – Apresentação de Amostras

2.1. Deverão ser fornecidas amostras dos materiais a serem fornecidos, sendo 01 (uma) unidade dos materiais constantes dos itens 1.8, 1.21 e 1.25 como amostra inicial, que será submetida à verificação pela Coordenadoria de Projetos e Obras, observando-se os seguintes critérios:

2.1.1. As amostras das letras (itens 1.8 e 1.21) serão avaliadas observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; serão verificadas, ainda, a espessura das chapas e espessura e altura das letras;

2.1.2. A amostra do brasão (item 1.25) será avaliada observando-se a pintura e a qualidade do material, que não poderá ter manchas; será verificada, também, a espessura da chapa, bem como a proporcionalidade entre a altura e a largura.

3. Da Execução do Contrato

3.1. A empresa vencedora da licitação deverá, após assinatura da Ata de Registro de Preços, antes da primeira solicitação de execução de serviços, realizar vistoria no Edifício Sede Judicial (Rua Barão de Jaguará nº 901 – Centro - Campinas/SP), Edifício Sede Administrativa (Rua Doutor Quirino nº 1080 – Centro - Campinas/SP) e no Fórum Trabalhista de Campinas (Avenida José de Souza Campos nº 422 - Campinas/SP), para conhecer o padrão de letreiro utilizado por este E. Tribunal;

3.2. A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras;

3.3. Prazo de entrega dos materiais: máximo de 20 (vinte) dias,

3.4. Prazo de garantia dos materiais: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Local e horário da prestação dos serviços

Em quaisquer das Unidades da Circunscrição existentes ou que vierem a surgir, em datas e horários a serem confirmadas juntos com o Gestor da Ata e/ou Responsável pela Unidade.

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Em todas as Unidades do TRT	8:00 às 18:00	2ª a 6ª feira	Diretor de cada Unidade a ser informado ao vencedor do certame
Outros:	Eventualmente poderão ser executados serviços aos sábados, domingos e feriados, desde que previamente agendados os dias e horários com o Diretor responsável pela Unidade.		

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Não se aplica

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

A Coordenadoria de Projetos e Obras emitirá Termo de Requisição com croqui contendo especificação do texto a ser fornecido/instalado e o local (prédio) onde será feita a instalação das letras/brasão. O agendamento da instalação será junto à Coordenadoria de Projetos e Obras. O serviço de instalação será acompanhado por servidor da unidade local, a ser indicado pela Coordenadoria de Projetos e Obras.

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Não

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)

Há especificação de ROHs?

Não se aplica

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;
2. A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto, inclusive pelas empresas subcontratadas;
3. O TRT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.
4. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT e quando achar conveniente sem solicitação, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.
5. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;
6. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;
7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros.
8. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços;
9. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
10. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra o Covid) para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região;
11. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Prazo de garantia dos materiais e instalação: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este E. Tribunal.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

Não se aplica

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante e valor global, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência.

Todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à execução do objeto especificado neste Termo de Referência deverão estar contemplados no preço ofertado. Da mesma forma, deverão estar incluídas também todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

Na proposta deverá constar a razão social, o CNPJ, o número do edital, endereço completo da empresa, o número do telefone, e-mail, bem como o número de conta corrente, o nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

9. EQUIPE DE GESTÃO

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo
Finalidade	Evitar atrasos
Meta a cumprir	Entregar dentro do prazo estipulado
Instrumento de Medição	Prazo estipulado na solicitação do serviço
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor
Periodicidade	A cada final de serviço solicitado
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total: a) até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); b) a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimo por cento). 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento.
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos materiais
Finalidade	Garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	Execução de acordo com o croqui, utilizando materiais de primeira linha
Instrumento de Medição	Croqui
Forma de Acompanhamento	Pelo gestor

Periodicidade	Durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	Materiais diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO

Gestor do Contrato:	Não se aplica
----------------------------	---------------

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1. Será atestado o recebimento e o Gestor da Ata de Registro de Preços da respectiva Coordenadoria Requisitante do serviço em questão, emitirá um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993.
2. Caso não haja qualquer impropriedade, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.
*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica
É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	Não se aplica
14.2.2. Devolução de recursos materiais	Não se aplica

15. SANÇÕES

1. O atraso injustificado na execução dos serviços contratados, implicará as seguintes multas à CONTRATADA, calculadas sobre o valor total deste contrato: - até o 10º dia de atraso: multa única de 4% (quatro por cento); - a partir do 11º dia de atraso: multa diária de 0,4% (quatro décimos por cento) O atraso na entrega final por período superior a 60 (sessenta) dias poderá caracterizar a inexecução parcial do objeto.
2. Na hipótese de inexecução parcial do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total dos serviços/itens não executados.
3. Na hipótese de inexecução total do objeto, a contratada ficará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato.
4. No caso de inexecução das demais obrigações da CONTRATADA, não abrangidas no caput desta cláusula, implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por evento, calculada sobre o valor total deste contrato, por evento, ou advertência no caso de ainda não ter sido firmado o contrato.
5. Quando constatados vícios na execução de serviços já pagos, a contratada deverá providenciar o respectivo reparo no prazo conferido pela fiscalização, sob pena de ressarcimento do valor correspondente aos reparos efetuados pelo contratante, acrescido da multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre tal valor.
6. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato;
7. Os descumprimentos de prazos de que trata esta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a respectiva obrigação deveria ter sido cumprida.
8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT;
9. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS